Acervo ISA

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense CLASS. : 1391

DATA : 24 06 91 PG. : 05

Battistelli é mantido na presidência da Funai

O ex-superintendente da Funai, Edívio Battistelli (foto), que vinha respondendo interinamente pela presidência da fundação desde a saída de Cantídio Guerreiro Guimarães, demitido na sexta-feira, será mantido no cargo pelo Presidente da República, informou ontem o ministro da Justiça. Jarbas Passarinho disse que o Governo decidiu testá-lo porque "será muito difícil encontrar alguém que seja unanimidade entre os índios e ele tem aceitação, embora não seja por todos, como o cacique Megaron, que o rejeita". Battistelli já recebeu críticas dos índios por sua atuação como representante da Funai na Região Sul.

O novo presidente da Funai, um gaúcho de 37 anos, terá quatro meses para concluir a demarcação das terras dos índios ianomamis. Seu antecessor, Cantídio Guerreiro, foi demitido pelo presidente Fernando Collor por não ter apresentado, uo prazo de 60 dias, o estudo para demarcação das terras.

O ex-presidente da Funai deixou o cargo queixando-se de falta de verbas para a demarcação das terras, mas Passarinho garantiu não ter recebido qualquer pedido de novas liberações de recursos para que as áreas fossem demarcadas. A Funai pediu para a delimitação de 102 áreas indígenas no País, este ano, Cr$ 15,7 bilhões. O Congresso aprovou Cr$ 586 milhões e o Ministério da Economia liberou apenas Cr$ 117 milhões, correspondentes apenas a 0,54 por cento do total necessário.

Em entrevista ontem, o presidente Collor evitou responder as declarações de Guerreiro sobre a falta de verbas, mas comentou que lhe importa saber apenas se as pessoas estão cumprindo suas determinações. "Desde o primeiro dia de governo venho me batendo pelo que chamei de prioridades absolutas — a criança, a questão ecológica e as comunidades indígenas — e todos sabem que para essas prioridades não podem faltar recursos", afirmou. Collor lembrou que ainda faltam quatro meses de prazo para que a demarcação seja rigorosamente cumprida: "Os recursos não podem faltar", assegurou.

Os índios protestaram contra a nomeação de Battistelli.

Denúncias foram feitas em fevereiro

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sucessora do Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha conhecimento desde fevereiro das denúncias de abuso sexual contra o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, 64 anos, contra mulheres das tribos. A acusação fora encaminhada ao coordenador da SAE, Pedro Paulo Leoni Ramos, pelo cacique Megaron, da Nação Caiapó, coordenador do Parque Nacional do Xingu. Na ocasião, Leoni confidenciou a um amigo que a demissão de Guerreiro era uma questão de dias e estaria relacionada ao surgimento de uma ocasião oportuna.

Com a permanência de Guerreiro na presidência da Funai até o mês de maio, o cacique Megaron decidiu remeter cópia da denúncia ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao chefe do gabinete militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, no último dia 14. Um dos assessores do segundo escalão do Ministério da Justiça presenciou a conversa entre Passarinho e o general. De acordo com o testemunho deste assessor, Agenor Homem de Carvalho teria recomendado que o ministro esquecesse a carta e mantivesse Guerreiro e Megaron em seus cargos, para evitar um possível escândalo, de proporção, até, internacional.

Enquanto o ministro da Justiça decidia como agir, a carta do cacique Megaron foi publicada na imprensa no dia 16, forçando uma atitude do Governo. Ao mesmo tempo, em sua recente visita aos Estados Unidos, o presidente Collor ouviu dos congressistas, em Washington, críticas à morosidade da demarcação das terras indígenas. Com a publicidade dada à carta e o episódio no Congresso norte-americano, surgiu o momento oportuno aguardado pela SAE para a demissão do presidente da Funai. Passarinho, porém, preferiu alegar a inoperância de Cantídio Guerreiro em demarcar as áreas indígenas, para afastá-lo do cargo.

O ex-presidente da Funai, que nega as acusações, anunciou que processará o cacique Megaron por calúnia, difamação e danos morais, com base no Estatuto do Índio, que ainda está em vigor. Se o novo já tivesse sido aprovado pelo Congresso, isto seria impossível. O assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, disse ontem que Megaron é um funcionário da Funai e, por esta razão, as denúncias que fez deveriam ter sido imediatamente investigadas através de sindicância, período em que Cantídio seria afastado do cargo. Como funcionário da instituição, explicou o advogado, Megaron terá oportunidade, na Justiça, de provar suas denúncias, o que pode ser feito através do testemunho das índias que alegam ter sido sexualmente molestadas pelo ex-presidente da Funai. Cantídio foi acusado no dia de sua demissão, pelo cacique Megaron, de ter tirado fotografias das índias nuas e mostrá-las aos amigos em seu gabinete como sendo suas namoradas.